AS EXPERIÊNCIAS JUVENIS NO MOVIMENTO COMUNITÁRIO: O CASO DA UNIÃO CAMPINENSE DAS EQUIPES SOCIAIS (UCES)

Liélia Barbosa Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (lieliapb@hotmail.com)
Thomas Bruno Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (thomasbruno84@gmail.com)
Dra. Patrícia Cristina Aragão Araújo (UEPB)
(cristina-aragao@hotmail.com)

RESUMO:

Neste trabalho apresentamos um recorte da pesquisa de iniciação científica PIVIC promovida pela Universidade Estadual da Paraíba. Desta maneira nos propomos versar sobre as experiências realizadas no processo de constituição da União Campinense das Equipes Sociais – UCES - como lugar de aprendizagem e educação diferenciada. A parti das experiências de vidas, em que questões pertencentes ao cotidiano de cada um dos participantes e integrantes da sociedade é problematizada verifica-se uma organização social que se pauta na experiência e consciência da realidade social e cultural, política e econômica. Nesse sentido, discutir a produção de conhecimento das mais diversas esferas se torna objeto de interesse para compreensão de uma educação informal em lugares múltiplos da convivência humana e nesse caso especial a contribuição e ação juvenil nesse espaço.

PALAVRAS-CHAVE*: Aprendizagem; Educação informal; Experiência; Juventude.*

PELOS MOVIMENTOS DA HISTÓRIA

No caminho percorrido pelo ser humano desde sua existência e desenvolvimento social, verificamos as construções de sociabilidade e proteção do grupo do qual faziam parte, mesmo que essa luta seja contra a voracidade dos grandes animais e pela defesa de sua existência e de seu grupo.

O que é importante observar é a grade de relações estabelecida através do compromisso com o grupo e com a coletividade e a construção social oriunda dessa interação que é o que chamamos de sociabilidade. Evidentemente que questões vivenciadas por esses grupos se diferem mediante localização territorial onde o clima propunha variante bem como, as relações grupais nunca foram e nem serão homogenias.

Nesse sentido, o desenvolvimento e consolidação dos seres humanos a um território específico favoreceu relações diferenciadas e que a partir de suas necessidades foram desenvolvendo os meios necessários para sua sobrevivência.

É diante dessa percepção de deslocamento de necessidades que a humanidade vai dando forma as suas relações construtivas com as diferentes sociedades

construídas efetivamente a parti da interação entre os diferentes, logo a mudança é quase "uma lei" isto aplicado a multiplicidade da capacidade humana de criação e exercício da sociabilidade.

Foi assim mediante os séculos. As reinvenções sociais de convivência onde os valores de uma sociedade são estabelecidos e que a partir da observação dos seus aspectos desde a economia, política e sócio-cultural que podemos verificar as relações estabelecidas e a importância destas no ceio de uma sociedade e na formação de uma identidade de pertencimento a um lugar ou a uma grade de valores.

Assim, a produção humana de suas relações nem sempre favoreceram a coletividade e sim a um grupo minoritário que se apropriava de um status efetivamente garantido pelos demais do grupo social. E assim, se constrói regras imaginadas de poder, um poder que efetivamente pode ser entendido como poder simbólico onde não podemos ver sua atuação palpável mais sentimos sua suavidade expressão em atitudes e na rotina da vida de uma sociedade. (BOURDIEU,2003)

Evidentemente as mudanças de cunho tecnológico, habitacional, saúde entre outras foram ocorrendo mediante os séculos e com elas foram se tornando mais complexas com as interações e laços sociais estabelecidos. A conformação social mediante os valores construídos em uma sociedade nunca foram hegemônicos e sempre tiveram aqueles que questionavam a validade de tal "verdade" e assim sempre ocorreram rompimentos, discórdias, aversões, diferenças, movimentos contrários a decisões tidas como natural e não como construção histórica de seus sujeitos/atores históricos.

Desta maneira, os movimentos da vida sempre foram constantes, necessárias na constituição social das diversas sociedades ocorrendo assim, a diversidade cultural, isto implica compreender as diversas formas e concepções onde os contrários sempre existiram e moveram os protagonistas da história a construírem um passado –para nós- e um presente para eles seja de forma particular em suas paredes internas onde romperam seus limites sejam num plano coletivo e social onde romperam barreiras morais e de valores significativos em suas épocas históricas.

O campo da Ciência histórica é bastante contingente visto que possibilita percorrer pelos devaneios de suas teias onde a origem é sempre uma inquietação, onde os porquês são presenças constantes, onde as respostas são sempre parciais, onde o fim não existe, onde nunca se acaba as possibilidades de caminhos. Podemos escolher trilhas, chegar a precipícios, percorrer longas caminhadas e chegarmos a um fim de uma estrada, repentinamente se não tivermos cuidado podemos ser tentados a acreditar que chegamos a um fim porem quando olhamos atentamente veremos que há uma ponte que nos levará a um novo caminho onde tudo recomeça novamente. Com esta compreensão podemos parafrasear a o conhecimento histórico aqui dito de

forma filosófica porem na pesquisa histórica também é assim fazemos recortes enfatizamos problemáticas e por vezes pensamos que o nosso objeto está totalmente "sugado" por nossas interrogações, porem a partir de uma nova metodologia um novo aporte teórico e uma nova problemática podemos atribuir um novo olhar e sendo assim ressignificar o que era tido como "acabado" saturado.

A História possibilita muitas analises visto que paradigmaticamente está divida em vertentes onde os eixos nos qual se baseiam partem de pontos de vistas diferentes (KUM, 1982), nesse sentido localizar a importância das anomalias teóricas que surgem na escrita da história se torna contingente e assim os objetos são redefinidos enquanto possibilidade de estudos no campo da história.

Assim, o estudo dos movimentos sociais urbanos tem diferenciações e no caso específico das associações de bairros que são classificadas como velhos movimentos sociais (VMS) segundo as orientações de participação sociais do século XX em suas décadas iniciais (GOHN, 2006). Sendo assim, este objeto de analise aqui apreciado se enquadra em uma perspectiva teórica dentro dos novos movimentos sociais (NMS) onde o recorte cultural se faz presente e onde os sujeitos individuais são destacados em seu protagonismo histórico (GOHN, 2006).

Tendo por base todos os referenciais teórico-metodológicos em que nos aportamos nesta pesquisa, bem como os indicativos que nos respaldam é que delimitamos os caminhos dos movimentos sociais e de forma particular a partir do foco centrado no movimento comunitário em Campina Grande tendo por intenção presentificar sua história na cena constitutiva da cidade e sua atuação através da União Campinense das Equipes Sociais nos espaços sociais, políticos, econômicos e culturais do município.

UMA HISTÓRIA DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO

A cidade em suas varias versões causa inquietações em vários pesquisadores visto que, sua forma complexa oferece varias interpretações a seus observadores. De forma histórica a cidade vem sendo tratada como um lugar de sociabilidade extremamente importante para os indivíduos visto que suas construções sociais se acentuam consideravelmente neste lugar que também vem sendo motivo de analise como um lugar de construção histórica. As cidades nos séculos XVIII e XIX provocaram uma renovação na vida social dos indivíduos que paulatinamente reinventavam suas ações e suas formas de permanecerem nas cidades. Era comum a

agregação populacional nas cidades pois esta tinha um atrativo que eram as fábricas que abrigavam grande número de trabalhadores e desta forma, o crescimento era algo visivelmente oportuno. Para tanto, o deslocamento de importância do mundo rural para a cidade e a relação estabelecida dos indivíduos neste espaço trouxe problemas de cunho existencial e de forma peculiar de moradia, de saúde entre outros problemas.

O deslocamento populacional provocado pelo fim das relações feudais e consequentemente a relação para com o campo e a acentuada forma dar trocas comerciais de cunho capitalista provocaram mudanças culturais em hábitos, gostos e vida de milhões de pessoas, sendo assim, importantes fatores para a contingência populacional das cidades.

É bom destacar que as lutas sociais por melhoria das relações trabalhista foram o início das lutas por melhorias na cidade e com elas surgem grupos que reinvidicam melhorias nos aglomerados residenciais da cidade e assim surge o movimento social urbano voltado para questões da cidade. Assim, co todos os problemas verificados na cidade surgiram insatisfações sociais visto que se faziam necessárias movimentações populacionais para resolver problemas que eram de interesse de uma grande parte dos moradores da cidade e de forma especial dos "populares" que sobreviviam das fabricas e de tarefas secundarias nas cidades. Nesse sentido, os movimentos foram surgindo e assim verificamos atuações sociais como o Cartismo e o Ludismo na Europa onde o eixo era as reivindicações de cunho trabalhista. Tendo por base esse indicativo verificamos que a cidade se tornou palco de varias atuações sociais onde a população teve grande papel de transformação da cidade em seus movimentos.

No âmbito da America Latina essa experiência de cunho social trouxe influências para atuações sociais. Verificamos atuações na Argentina, Guatemala, Venezuela, Uruguai e tantos outros países que viram mos movimentos sociais a busca por redefinição das políticas públicas.

No Brasil a cidade como palco de interatividade e participação popular nas atividades políticas e sociais foram presentes desde a colônia e inicio da republica motins arcam essa atuação e com o fim da escravidão e inicio da republica a cidade passa a ter uma nova conotação apesar de surgirem os primeiros defensores dos projetos socialistas que eram oriundas da Europa (PRIORE e VENÂNCIO, 2001).

Como aponta Marins a cidade passa por transformações significativas onde problemas oriundo das novas relações sociais passam a afetar o espaço das cidades ocasionado momentos de reivindicações de seus habitantes.

> As grandes cidades surgiram no horizonte como o espaço das novas possibilidades de vida, do esquecimento das mazelas do campo, da memória do cativeiro.
> Novos habitantes, vindos das antigas senzalas e casebres do interior do país ou dos portos estrangeiros, somavam-se aos antigos escravos, forros e brancos pobres que já inchavam as cidades imperais, e juntos a eles aprenderiam a sobreviver na instabilidade que marcaria suas vidas também em seu novo habitat. Movimentar-se-iam, todos eles, pelas ruas alvoroçadas em busca de empregos e de tetos baratos para abrigar-se, num deslocamento contínuo que fundia vivências experiências, tensões-e espaços. (MARINS, 1998 p.132,133)

Como indica o texto acima os problemas vivenciados no espaço urbano das cidades pós período colonial no Brasil tem suas especificidades logo evidenciamos os problemas de caráter habitacional e todo aparato estrutural para garantia da sobrevivência humana onde direitos fundamentais teriam de ser respeitados como a vida. Vejamos abaixo ações decorrentes desses problemas:

> *Tumulto* e *desordem* foram palavras fácil e comumente aplicadas à dinâmicas das capitais já republicanas, à ocupação de suas ruas e casas, e a seus habitantes, cada vez mais numerosos e movediços. As elites emergentes imputavam-se o dever e livrar o país do que consideram "atraso", atribuindo ao passado colonial e imperial do país, e visível na aparente confusão dos espaços urbanos, povoados de ruas populosas e barulhentas, de habitações superlotadas, de epidemias que se alastravam com rapidez pelos bairros, assolando continuamente as grandes capitais litorâneas. (MARINS, 1998 p.132,133)

O presente texto indica as formas de reação que geralmente ocorriam mediante os problemas nas cidades. Além do mais fica claro que os centros das cidades onde a burguesia estava instalada era mais farta as condições de infra-estrutura e logo era um espaço onde a grande população não tinham acesso. Nesse sentido começa uma cobrança com relação ao direito à cidade. É diante dessas problemáticas que uma forma específica de movimento social surge como forma de trabalhar em prol das resoluções desses problemas que afetam a coletividade e de forma especial os que estão em áreas periféricas da cidade. É assim que surge o Movimento Comunitário tendo como característica inicial o aspecto reivindicatório onde as cobranças de melhorias de infra-estrutura eram seu carro chefe.

A população em grande medida era operária. O indício das primeiras manifestações do movimento operário foi na década de vinte no Rio de Janeiro em fins do século XIX e XX onde liderou a industrialização e posteriormente é superada por São Paulo na década de 1920. O movimento comunitário de forma especifica temos indicativo de sua presença a partir da década de 1930 em São Paulo influenciado por europeus que vieram para o Brasil com idéias socialista e pautado na historia européia de conquista de direitos. A primeira organização registrada foi a Sociedade de Amigos da Cidade –SAC- onde teve papel na reivindicação de construção de um metrô

abertura de avenidas e coisas desse gabarito, sendo, portanto uma atividade de melhoria social dos bens coletivos. Juridicamente está organização é de 1936 tendo como objetivo participar do plano político da cidade em sua atuação nos bens social da coletividade como no movimento emancipatório da capital paulista (SOUSA, 2003).

De maneira geral esta experiência durante os anos foram se proliferando por vários estados brasileiros como forma de fomentar esperanças de atuação e mudança da qualidade de vida dos habitantes das cidades.

No atual território da Paraíba e de forma especial na cidade de Campina Grande o movimento comunitário chegou com características especificas na década de 1950 sob a orientação do serviço social prestado pela Irmã religiosa Ângela Beleza que fundou o curso de serviço social na antiga URNE (Universidade Regional do Nordeste). A atuação da Irmã Ângela Beleza junto a população e trabalhando os princípios básicos de cidadania e dignidade fomentou entre seus atendidos nos bairros campinense em construção um despertar para a preocupação com a qualidade de vida bem como com a coletividade. Nesse sentido, os primeiros indícios desses movimentos foram reuniões em pro da solução de problemas junto ao poder político local e posteriormente uma formação de uma espécie de conselho comunitário como forma de congregar pessoas que queiram discutir e solucionar problemas que afetam suas vidas em sociedade e de forma especial os que mais incomodam de forma coletiva na espacialidade de suas habitações.

A partir dessas experiências nos bairros é que foram criadas as primeiras associações de moradores como a do José Pinheiro localizada na zona este de Campina Grande em 1962 onde o contingente populacional na época era de quase 20 mil habitantes, outra associação bastante importante na época foi a de Monte Castelo bairro visinho ao de José Pinheiro também datado sua criação do mesmo ano, com a denominação de União dos amigos do bairro de Monte Castelo. Vejamos o que diz Clodoaldo Oliveira Melo com relação a estes equipamentos sociais:

> No ano de 1962, com o incentivo da Igreja Católica e da Faculdade de Serviço Social, um grupo de moradores do bairro de Jose Pinheiro se reuniu para formar uma Sociedade de Amigos de bairro SAB. O bairros do José Pinheiro serviu como exemplo e estimulo para que os demais bairros de campina Grande Criassem também a sua entidade nesse gênero. Uma associação de moradores se constitui numa entidade criada e dirigida por moradores de uma mesma localidade que, de forma livre, consciente e organizada decidem enfrentar os problemas comunitários existentes. (MELO, 2002 p.4)

As associações também eram conhecidas como Equipes Sociais. Com o andamento dos trabalhos e êxito da atuação dos equipamentos sociais nos bairros e

seu respalde junto ao poder político local houve a necessidade de criar uma entidade articuladora das equipes sociais dos bairros da cidade sendo assim, em 02 de agosto de 1964 criou-se a União Campinense das Equipes Sociais com a tarefa de inicio de articular as associações existentes e promover a troca de experiência e articular não só os problemas dos bairros específicos, mas de toda a cidade. Vejamos também o que o autor Melo destaca a este respeito:

> A UCES foi criada e dirigida por pessoas comprometidas com o movimento comunitário e com as SABs. O movimento comunitário não tinha interesse político partidário. No entanto, esse movimento intermediava suas lutas através de uma ação política junto as poderes públicos para reivindicar em favor melhorias de toda a comunidade. (MELO, 2002 p.5)

É um período bastante especifico visto que nesse mesmo ano instalava-se a ditadura militar no Brasil e foi um momento bastante tenso para as organizações sociais e que a atuação deste movimento tem como característica promover a integração social e é caracterizado como um movimento reivindicatório sendo, portanto, comedido nesse período de uma formação política especifica mais só a partir de 1970 com as novas redefinições políticas e sociais é que este movimento ganha novas definições e atuações bem como novos princípios norteadores.

A previsão jurídica estatutária da entidade só foi realizada em 1996, isto fruto do amadurecimento e consolidação do movimento comunitário em Campina Grande onde a UCES desde sua criação estava trilhando os campinhos para uma efetiva atuação junto as demandar reivindicatórias dos bairros por melhorias na prestação dos aparelhos públicos coletivos. Nesse sentido, em 19 de novembro de 1996 foi realizada uma assembléia geral extraordinária da entidade para aprovação estatutária, onde contem as definições normativas de funcionamento da UCES e suas principais finalidades como podemos observar na sequência:

> Art.1º A União Campinense das Equipes Sociais – UCES, fundada em 02 de agosto de 1964, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter social e se regerá pelo presente Estatuto e pelo regimento Interno.
> Art.5º - A UCES tem as seguintes finalidades:
> I – Coordenar e orientar as atividades das Equipes Sociais a ela filiadas;
> II – Promover reuniões com as Equipes Sociais e zelar pela consecução de seus objetivos;
> III – Fazer reivindicações e promoções em favor da UCES e das filiadas;
> [...]
> VII – Contribuir para a melhoria das condições das comunidades e servir de instrumento de luta em sua defesa e contra qualquer forma de exploração política e social;
> VIII – Participar da administração municipal, conforme disposto na lei Orgânica do Município, nos termos do Regimento Interno:

(ESTATUTO DA UNIÃO CAMPINENSE DAS EQUIPES SOCIAIS, 1996 p. 1-2)

A partir desse estatuto verificamos a finalidade da entidade em articular me Campina Grande atividades comunitárias com o objetivo de participar da administração municipal conforme previsto na Constituição Federal que garante participação social nas administrações públicas, bem como também stá previsto na lei orgânica do município. O que nos motivou a pesquisar esta temática que é a inserção deste movimento social considerado velho no campo dos movimentos sociais, no novo cenário histórico onde os movimentos se resignificam e partem para uma esfera política cultural e no caso especifico do movimento comunitário em Campina Grande. Onde este movimento passa do plano reivindicatório para congregar o plano político cultural, ou seja, passa por uma mudança histórica em seus conceitos de participação social no plano da cidade, sendo assim, uma instância de participação da população e um espaço de efervescência política.

Isto também relacionado as lutas anteriores no processo de redemocratização política do Brasil desde os anos 70. Este movimento e esta entidade também contribuiu na formação política do quadro legislativo da cidade e do estado da Paraíba onde podemos citar o nome do atual deputado federal Rômulo José de Gouveia onde na entidade já fez parte de uma gestão e onde iniciou sua trajetória política junto a Sab do Velame.

No ano de 2006 dez anos após a aprovação do estatuto os filiados a UCES e apropria entidade sente a necessidade de reformular seu Estatuto, pois compreende que este deve ser adaptado a realidade histórica do momento onde outras questões devem ser privilegiadas no Estatuto. Assim em 29 de janeiro de 2006 a UCES convoca reunião de assembléia extraordinária pra reformulação estatutária, onde os artigos do estatuto sofrem alterações inclusive os acima destacados que ficam da seguinte forma

Art.1º - A União campinense das Equipes Sociais – UCES, fundada em 02 de agosto de 1964, é uma entidade civil, com fins não econômicos, de duração indeterminada, de caráter comunitário e popular, autônoma e democrática, sem preconceito de raça, cor, partido político, opção sexual, credos filosófico ou religioso, com sede própria localizada à rua Padre Ibiapina, nº 144 – Centro – cidade de Campina Grande.
Art. 4º - São objetivos da UCES:
I – coordenar, orientar e fiscalizar as atividades das entidades associadas;
II – defender os interesses da população organizada em suas entidades e movimentos representativos de moradores e município de Campina Grande – PB, no tocante às matérias versando sobre moradia, saúde, educação, transporte de massas, direito do consumidor e do meio ambiente, dos direitos das crianças e adolescentes, dos idosos, da assistência social e outros afins;

> III – mobiliar seus representantes pela implementação de políticas públicas de promoção do desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza, objetivando a elevação do padrão de vida dos moradores das comunidades;
> IV - incentivar e desenvolver com suas associadas atividades de educação política, cultural, esportiva e recreativa; (ESTATUTO DA UNIÃO CAMPINENSE DAS EQUIPES SOCIAIS, 2006 p.1-2)

Esses dispositivos estatutários afirmam o caratê da união como forma de congregação da sociedade civil organizada em favor dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988 onde torna a participação democrática efetiva no que diz respeito a esfera do poder público. Desta maneira identificamos que a relação entre sociedade e Estado se modifica e o estado de direito se torna mais acessível a sociedade onde agora pode participar de instâncias de decisão política ocasionando uma gestão pública participativa. Nessa perspectiva é que a UCES vem realizando seu trabalho desde o processo de redemocratização do Estado brasileiro bem como dos veículos de participação onde o seu papel se intensifica na década de 90 nas políticas de democratização do acesso aos bens públicos.

A observação do Art.1 nas duas versões, uma de 1996 e a outra de 2006 possibilita a analise das prioridades da entidade, visto que sua definição se mantém de caráter comunitário sem fins econômicos garantindo assim uma entidade de cunho social e participativo congregando entre seus membros a pluralidade étnica, religiosa e política ampliando suas atribuições para um caráter mais formacional de seus associados mostrando assim uma vertente de qualidade na participação social.

A atuação política e a abertura do estado para inserir a sociedade civil foi um salto na acepção democrática, porém, trouxe consigo a possibilidade de cooptação dos agentes mobilizadores dos movimentos com vínculos empregatícios e desta forma coibindo a altivez da participação e reivindicação dos direitos sociais e políticos conquistados pela luta social. Mesmo com esse dispositivo negativo a União Campinense da Equipes Sociais (UCES) congrega atualmente 53 associações de moradores que hoje segundo as diretrizes da assembléia um bairro pode ter uma associação e uma sociedade de amigos do bairro dependendo da dimensão do bairro como, por exemplo, o bairro das Malvinas que possui uma dimensão territorial grande, nesse sentido pode se ter mais de uma associação para efeito de implementação de políticas e participação efetiva da comunidade e de seus representantes na vida política da cidade.

A UNIÃO CAMPINENSE DAS EQUIPES SOCIAIS ATRAVÉS DAS MEMÓRIAS

A União Campinense das Equipes Sociais (UCES) congrega hoje 55 associações/sociedades/união de moradores da zona urbana da Cidade de Campina Grande. Desta forma, como consta o nosso objetivo era compreender a atuação do movimento comunitário campinense, a partir da UCES e seu trabalho ou finalidade na cidade de Campina Grande como sua relação com as SABs. Como ficou explicito esta entidade tem por compromisso integrar as representações dos bairros sendo um órgão superior de representação na cidade de Campina Grande, e sua relação com as SABs é de uma articuladora das demandas sociais viabilizando o diálogo com o poder público local como forma de participação efetiva nas mudanças da cidade.

Seguindo o propósito da pesquisa objetivamos fazer um apanhado historiográfico deste movimento na cidade bem como, um pouco da trajetória da UCES na cidade, sua criação, suas problemáticas e sua atuações levando-nos a perceber a importância desta representação junto a população como também junto ao poder público. Entretanto, muitas das indagações não foram respondidas e muitas outras surgiram durante a pesquisa. Porém compreendemos que este ponto de partida que foi dado com esta pesquisa poderá ser ampliado em pesquisas posteriores, dando assim enfoques diferentes e consequentemente ampliando os recursos documentais e metodologias empreendidas como forma de analisar este movimento na cidade de Campina Grande.

Para tanto podemos perceber nas falas dos entrevistados bem como nas observações de reuniões que pudemos participar como funciona esta entidade e verificar sua pratica sendo assim, pudemos ver que esta entidade dialoga com as secretarias municipais e atua em diversos conselhos como, por exemplo, o conselho de saúde, de educação, de transporte e assim consecutivamente.

Como afirma o entrevistado A.B.O a UCES tinha como finalidade de sua criação atender as necessidades básicas das demandas sociais, onde seus representantes deviam reivindicar perante o poder municipal resoluções das demandas das comunidades. Vejamos o que ele destaca em sua fala sobre o inicio deste movimento na cidade e a aquisição da sede da entidade:

> A fundadora do trabalho foi Irmã Ângela Beleza...ele (o presidente da UCES- Oswaldo Trigueiro Castelo Branco) juntou as sociedades para mostrar que tinha vindo esse 12 contos e ele desceu um dia aqui nessa rua que era chamada de beco do açúcar e viu uma placa nesse prédio pra vender, ai ele reuniu as sociedades e pediu pra gente abrir mão dos doze contos de reis e ele comprou esse prédio por doze contos de reis. Foi dinheiro fruto das sociedades que os deputados encaminharam ele comprou e graças a Deus é por isso que temos um prédio desses

> porque teve a coragem de Oswaldo Trigueiro castelo Branco. (A.B.O, 17/01/09)

Podemos perceber que as entidades firmavam parceria com o poder público e neste caso elas receberam uma quantia de doze contos pra ser dividida entre as entidades e como a UCES não tinha sede própria, isso por volta de 1972 o atual presidente tem a iniciativa de reunir as entidades para doar suas partes em prol de consolidar esse espaço que é a casa mãe de todos os associados.

Em suas memórias o senhor A.B.O destaca que a entidade tem 46 anos e que compara que o tempo de existência da entidade é o tempo de sua atuação no movimento comunitário na cidade. Ele na UCES foi por duas vezes presidente, duas vezes vice e exerceu cargo de tesoureiro e diz que atuou muito na entidade e que foi fundador da mesma. No ano de 1990 ele se candidata como presidente e assume pela segunda vez e diz que a entidade tinha como papel de coordenar os trabalhos junto as SABs e que em suas atuações na entidade o número de associações aumentaram consideravelmente isto, fruto de um intenso trabalho. Ele indica que na Paraíba Campina foi a pioneira no movimento que depois de anos se expande para a capital e depois para cidades vizinhas e que fruto deste trabalho foi criada uma entidade Paraibana do movimento comunitário que por ventura coordenava os movimentos existentes nas cidades paraibanas e posteriormente com o avanço das relações inter estaduais o movimento se organizou em nível nacional caracterizando uma entidade que fomenta as lutas nacionais desse movimento que é a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM).

Já na fala do senhor F.J ele destaca sua atuação como um atuação positiva no movimento dizendo que desde seu envolvimento na SAB de Mote castelo teve êxitos importantes junto a comunidade onde reivindicou como entidade soluções de cunho habitacional e infra estrutura para a localidade. Por reconhecimento de seu engajamento e trabalho que foi eleito por duas vezes presidente da UCES segundo suas afirmações "no tempo que o movimento comunitário vivia de festas". Ele destaca que em suas gestões na entidade pode acompanhar as SABs de forma mais sistemática e destaca ações o que ele considera destaque de suas gestões.

> Através dessa atuação política no movimento nacional eu consegui através do Ministério doas Cidades credito solidário para construir 100 unidades habitacional lá no conjunto comunitário um vizinho ao Rocha Cavalcante. Ta lá construído e entregue, lá cem unidades habitacionais que agente construiu na época eu era presidente da UCES, proveniente da luta que agente tem no movimento comunitário da cidade e a nível nacional. (F.J 27/07/09)

Como o senhor F.J destaca ele atua desde 1990 no movimento comunitário exercendo atividades e cargos em entidades de nível paraibano, regional e nacional. Hoje ele é presidente da Federação Paraibana do Movimento Comunitário (FEPAMOC) exerce na CONAM a direção regional entre outras atividades em conselhos como o de alimentação e das cidades. Nesse sentido, ele aponta suas percepções sobre o movimento do qual faz parte e destaca suas atividades desenvolvidas que traduzem as marcas centrais de sua atuação. Algo bastante significativo em sua fala é sua concepção de movimento comunitário como abaixo destacamos:

> O movimento é um elo de ligação, por exemplo, associação de moradores, a união municipal que é a UCES, e a federação e a confederação que é a CONAM. É uma interligação é um elo de ligação que se faz ao conjunto do movimento. O movimento comunitário é isso agente tem um trabalho de reivindicação mais nós não somos executores, nós somos reinvidicadores NE, cabe ao poder público atender os pleitos das associações de moradores pra que possa realmente levar uma administração voltada para aas comunidades. (F.J 27/07/09)

Aqui se evidencia a compreensão de movimento comunitário e sua atuação junto o poder público das três esferas em rede de interlocução e através de um dialogo constante e tudo para proporcionar benefícios para as comunidades, isto muita das vezes não é levado ideologicamente e muitos dos participantes desses espaços procuram melhoramentos pessoais em forma de favores e conchavo políticos. Mas a finalidade da instituição não está expressa efetivamente no poder de um grupo mais do querer da maioria e de uma equipe comprometida com a coletividade. A entidade em seus princípios não detém nenhum vinculo ao poder público se caracterizando uma organização de cunho civil, sendo, portanto, escolhas políticas das gestões os caminhos e a "cara" que a entidade vai ter durante um período.

Esta compreensão também é partilhada pelo atual presidente da UCES João Batista que afirma que sua maior preocupação na sua gestão é para a conscientização dos comunitários pra a valorização da autonomia política da entidade e dos seus representantes como forma de coibi os atrelamentos políticos e as praticas clientelistas nas associações.

Destaca que a UCES tem se preocupado com a formação e capacitação de seus lideres comunitários como, por exemplo, a capacitação tecnológica para a informatização das associações e da própria entidade mãe. Esta iniciativa tem como objetivo atender as necessidades sociais da temporalidade atual como forma de educação digital para atender os associados. Como destaca João Batista ao movimento congrega desde o analfabeto ao profissional de formação superior. Marcando desta maneira uma pluralidade do movimento e uma dinâmica de

participação diferenciada e qualificada, onde a UCES procura incentivar a formação dos seus sócios.

E é nesse sentido que identificamos que este movimento contribui para uma educação diferenciada onde através da formação os associados também se educam para a cidadania e para viver em sociabilida. Percebesse que a atuação da juventude nesse espaço é histórico vindo desde a criação da entidade onde a juventude se tornou protagonista das atuações juvenis no movimento comunitário na cidade de Campina Grande.

A partir dos relatos dos entrevistados que destacamos a participação da juventude na constituição da UCES a contribuição dos jovens nos últimos cinqüentas anos foi marcante em toda a história dos movimentos sociais no Brasil, participando de momentos decisivos na história do país.

Desta maneira, delegar um espaço na memória do movimento comunitário de Campina Grande aos jovens e reconhecer seu protagonismo nas lutas sociais por melhoria da qualidade de vida da coletividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONNEWITZ, Patrice. Uma visão espacial da sociedade In: **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, RJ: vozes, 2003 p: 71-74.

_____ O *homo sociologicus* bourdieusiano – U agente social. In: **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, RJ: vozes, 2003 p:75-92.

BURKE, Peter. **História e Teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DARTON, Robert**. Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos na rua Saint – Séverin. In**: O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa. **Rio de Janeiro: Graal, 2006 – Quinta edição, p: 103-139.**

DE DECCA, Edgar Salvadore**. Nunca temos tempo para sonhar. In:** O nascimento das fábricas**. 1999 p: 11-40.**

LE GOFF, Jacques**. História. In:** História e memória**. 5 ed – Campinas; SP: Editora da Unicamp, 2003 p: 17-172.**

_____Memória. In: História e memória**. 5 ed – Campinas; SP: Editora da Unicamp, 2003 p: 419-476.**

MARTINHO**, Francisco C. Polomares. Resistência ao capitalismo: plebeus, operários e mulheres. In:** O século XX: O tempo de certezas**. Rio de janeiro, 200.Vol. I p: 185-209.**

SOUZA**, Luiz Gonzaga de. A formação das Sociedades de Amigos de Bairro. In:** Economia, política e sociedade**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996 p: 156-158.**

_____Democracia: Consciência Comunitária. In: **Economia, política e sociedade**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996 p: 159-162.

THOMPSON, E.P. Prefácio. In: **A formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987 p: 9-14.

_____Número Ilimitado de Membros. In: **A formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987 p: 15-23.